

A CULTURA HUMANISTA E A CULTURA CIENTÍFICA NA HISTÓRIA DE DISCIPLINAS ESCOLARES DE UMA ESCOLA SECUNDÁRIA (1939-1971)

Eurize Caldas Pessanha¹
Stella Sanches de Oliveira²

RESUMO

O Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, escola secundária de Campo Grande/MS, criada no momento em que a noção de humanidades impregnada nesse nível de ensino estava sofrendo profundas transformações, vem sendo lócus de uma série de pesquisas articuladas em torno de uma noção de que a escola é um lugar de cultura, e a cultura escolar é caracterização e reconstrução da cultura realizada em razão das próprias condições. Nessas pesquisas, concluiu-se que essa escola era considerada referência de qualidade e ligada à identidade dos grupos sociais que, em determinados momentos históricos, se consideravam elite na cidade. O objetivo do presente trabalho é apreender, nos resultados das pesquisas sobre a história de algumas disciplinas escolares de ensino de línguas, como as controvérsias e ambiguidades da noção de humanidades se expressaram na cultura escolar dessa escola. Analisando, em fontes escritas e orais (entrevistas com alunos, ex-alunos, professores e ex-professores), o funcionamento das disciplinas (finalidades, conteúdos e metodologia de ensino) e as indicações sobre a cultura escolar encontradas na história de cada uma, concluiu-se que as disciplinas de ensino de línguas estiveram relacionadas com a concepção de que esse grau de ensino era dirigido a uma elite, ligado às humanidades, para fornecer cultura geral e preparar os dirigentes do País, concepção que gerou polêmicas e controvérsias, mas que vai permanecer como sua marca na legislação até que a Lei nº. 5.692, de 1971, a altere. Essa alteração não foi recebida pacificamente, como se pode perceber nas atas da escola a respeito da disciplina Latim.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino secundário. Cultura escolar. Disciplinas escolares.

¹ Professora doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email: <eurizep@hotmail.com>.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email: <oliveira_stella@terra.com.br>.

Uma escola de ensino secundário, Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, criada na década de 1930, momento em que a noção de humanidades impregnada nesse nível de ensino estava sofrendo profundas transformações, vem sendo lócus de uma série de pesquisas articuladas em torno de uma noção de cultura escolar que considera a escola como lugar de cultura, e a cultura escolar como uma caracterização, uma reconstrução da cultura realizada em razão das próprias condições nas quais a escolarização reflete pautas de comportamento, pensamento e organização (PESSANHA; SILVA, 2007).

Trata-se do primeiro ginásio público de uma cidade do sul de Mato Grosso e, atualmente, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Em sua criação, em 27 de dezembro de 1938, e oficialização em 18 de março de 1939, recebeu o nome de Liceu Campograndense. Buscando adquirir licença de funcionamento como instituição escolar de ensino secundário, o Liceu Campograndense seguiu o que era estipulado para o ensino secundário em âmbitos nacional e estadual.

Conforme a Ata de Abertura do Liceu Campograndense, de 18 de março de 1939, percebe-se que o teor de exaltação deixado pelos signatários a respeito da abertura desse ginásio público indica que o advento do ensino secundário público era por eles considerado um verdadeiro presente para a cidade que se encontrava caminhando rumo ao progresso:

[...] autoridades civis e militares, federais, estaduais e municipais, representantes da imprensa, bem como os corpos docente e discente do Estabelecimento [...] declarado solenemente instalado o Ginásio oficial do Estado, sob a denominação de “Liceu Campograndense”, criação essa que toda a população culta da cidade vinha ansiosamente aspirando. Outros presentes também falaram congratulando-se com o povo campograndense por mais um marco de

progresso que a cidade acaba de receber (ESCOLA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO. Ata de Abertura do Liceu Campograndense, s/d).

Embora a criação do liceu tivesse sido oficializada em Ata de Abertura, a inspeção prévia de 20 de fevereiro de 1941 não garantiu o funcionamento dessa instituição aquele ano, fato que veio ocorrer somente em 1942, quando passou a exercer suas atividades em prédio anexo ao Grupo Escolar Joaquim Murtinho, na avenida Afonso Pena (PESSANHA et al., 2007).

Funcionando regularmente na Rua Afonso Pena, principalmente devido à seletividade dos exames de admissão, a escola foi se tornando marco na educação da cidade que, já com mais de 30 mil habitantes, na década de 1950, ansiava por ampliação das oportunidades educacionais (PESSANHA et al., 2007, p. 43).

A professora cuiabana Maria Constança Barros Machado, formada pela Escola Normal Pedro Celestino, chegou a Campo Grande em 1917 e, como diretora do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, foi a principal articuladora política da instalação do primeiro ginásio público da cidade.

As análises sobre a história dessa escola, criada pelos interesses de determinados grupos sociais da época, com o propósito de possibilitar o prosseguimento nos estudos secundários e o acesso aos cursos superiores, levaram à conclusão de que se tratava de uma escola considerada não apenas referência de qualidade, mas também ligada à identidade dos grupos sociais que, em determinados momentos históricos, se consideravam elite naquela cidade (SILVA; PESSANHA, 2008).

Essa conclusão fundamentou-se na seletividade dos processos de admissão dos alunos – era para “muito poucos”; no grau de exigência – quem vinha de escolas menos exigentes tinha

dificuldades em acompanhar as aulas; na “excelência” dos professores – “professores de verdade”, que eram selecionados e sentiam que era uma honra lecionar naquela escola; no respeito que cercava a relação dos alunos com seus professores que, segundo alguns, chegava a ser “adoração” (PESSANHA, 2008).

Considerando que todos submetidos à influência da escola dela recebem uma disposição geral, o *habitus* culto, e que a transmissão é o elemento central desse processo, este trabalho tem como objetivo apreender, nos resultados das pesquisas sobre história de algumas disciplinas escolares de ensino de línguas, como as controvérsias e ambiguidades da noção de humanidades que perpassaram o período estudado se expressaram na cultura escolar dessa escola. Parte dessas reflexões foi apresentada no IX Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana, em 2009 (PESSANHA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2009).

Constituíram fontes secundárias para a elaboração deste texto as dissertações sobre história das disciplinas escolares da área de Línguas, defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (BRAGA, 2005; RAHE, 2006; OLIVEIRA, 2009), que tiveram como lócus o Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado e, como fontes primárias: Relatório de Inspeção Prévia de 1941 e Livro de Atas do Liccu Campograndense (iniciado em março de 1939).

Cobrindo praticamente toda a história da escola, desde sua fundação em 1939 até o ano de 2005, as pesquisas selecionadas usaram fontes escritas (documentos localizados nos arquivos da escola, inclusive livros didáticos comprovadamente utilizados em cada disciplina) ou fontes

escritas e orais (entrevistas com alunos, ex-alunos, professores e ex-professores). Em todas elas, buscou-se analisar como essas disciplinas funcionavam (finalidades, conteúdos e metodologia de ensino) e como a história dessas disciplinas trouxe indicações sobre a organização e a cultura escolar dessa escola no período estudado.

Para analisar os dados encontrados nas pesquisas selecionadas, manteve-se o foco no significado imposto aos processos de transmissão de saberes e inculcação de valores dentro dessa escola e os elementos do desenho da cultura escolar, procurando identificar, nos vestígios da cultura escolar encontrados nos documentos ou nas falas de alunos, ex-alunos, professores e ex-professores, as marcas dessa escola e as transformações por que passou.

Criada em 1939, mas funcionando regularmente apenas a partir de 1942, a história da cultura escolar da escola estudada traz elementos tanto da concepção de humanidades, que caracterizou os primeiros anos do ensino secundário no Brasil, quanto das transformações que esse nível de ensino sofreu nesse período. Uma ambiguidade que só se “resolve” após a Lei nº 5.692, de agosto de 1971.

Souza (2008, p. 228) afirma que a Reforma de 1º e 2º graus (Lei nº. 5.692/1971) “[...] foi uma das mais significativas mudanças no período, repercutindo na organização da rede de ensino, na profissionalização do magistério e nas representações sociais sobre a educação escolar”.

Analisando mais detidamente as alterações introduzidas na organização do conhecimento escolar pela referida lei, percebe-se uma explicitação clara de uma forma nova de organização dos conteúdos em Núcleo Comum, Matérias, Disciplinas e Atividades, hierarquizados segundo uma

determinada concepção de aprendizagem e da psicologia do desenvolvimento. Além disso, ao eliminar o ginásio, fundindo-o com o primário em um único nível – a Escola de 1º Grau –, essa legislação completou um processo claramente identificado nas disputas durante a tramitação da Lei nº 4.024, de 1961, subjacente nas discussões das Reformas de Ensino no Brasil, desde a reforma Francisco Campos, mais especificamente no Decreto-lei nº 19.980, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário: a substituição de uma cultura humanista pela cultura científica e técnica, marcadamente profissionalizante, a partir de 1971.

O período delimitado nesta análise da história da organização do conhecimento escolar no Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, de sua fundação em 1939 até o fim do curso ginásial, com a Lei nº 5.692, de 1971, incide exatamente no período histórico em que ocorreram as “[...] últimas batalhas pelo humanismo na educação brasileira” (SOUZA, 2008, p. 1).

De um lado, os renovadores da educação nova que pretendiam eliminar o processo de elitização em que se baseava o ensino secundário por meio da democratização da cultura, de outro lado, os que defendiam o ensino secundário como local de manutenção da alta cultura (SOUZA, 2008).

Embora tivesse sido idealizada ainda durante a vigência da Reforma Francisco Campos, essa escola só obteve autorização para funcionar após a obrigatória inspeção prévia, em 1942, às vésperas da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que estabeleceu como objetivo do ensino secundário:

[...] formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a

consciência humanística (BRASIL, Decreto-lei nº 4.244/1942).

Este é o exato teor do art. 1º do Regulamento do Liceu Campograndense, aprovado em 21 de janeiro de 1938:

O Liceu Campograndense é um estabelecimento de ensino secundário, mantido pelo estado de Mato Grosso, e tem por objetivo ministrar aos seus alunos sólida instrução fundamental que os habilite a desempenhar cabalmente os deveres de cidadãos (MATO GROSSO, Decreto 229, de 27 de dezembro de 1938).

Cumprindo as exigências legais, para funcionar regularmente, a escola solicitou inspeção prévia. No documento “Relatório de Inspeção Prévia de 1941”, há extensas listas de material dos “gabinetes” de Geografia, Física, Química e História Natural. Eis alguns exemplos do material encontrado:

Gabinete de Geografia com 20 itens, entre os quais, 2 globos físicos e políticos de 33 cms; 1 globo planetário iluminado de 0,33 cm; 1 telúcio de Lange, globo de 12 cms de diâmetro para vela e eletricidade; 1 bússola em forma de relógio; 1 termômetro Celsius de mercúrio sobre placa de madeira; 1 barômetro de mercúrio;

Gabinete de Física com 140 itens, entre os quais: 1 balança analítica, sensível 1 mg. c/ pesos; 1 micrometro Palmer; 1 aparelho para demonstração das forças; 1 aparelho para verificação do princípio da pressão sobre os líquidos;

Gabinete de Química com 190 itens, entre os quais 1 Cilindro dissecador e vários produtos químicos;

Gabinete de História Natural com 20 itens, entre os quais: Material para estudos microscópicos e para museu; 1 esqueleto humano articulado; coleções de insetos, aracnídeos, ecnodermos (ESCOLA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO, Relatório de Inspeção Prévia de 1941).

A primeira vista, essas listas de material atendiam às exigências legais e garantiram nota 10 nos quesitos correspondentes da Ficha de Classificação incluída no relatório. Por outro lado, parecem sugerir uma opção da escola por uma organização curricular voltada para a ciência, como preconizava a Reforma Francisco Campos (BRASIL, Decreto-lei nº 19.980/1931).

No entanto, a análise da história das disciplinas da área de línguas parece indicar outra direção mais compatível com o que vai ser determinado pela Reforma Capanema (BRASIL, Decreto-lei nº 4.244/1942).

Souza (2008) considera a Lei Orgânica do Ensino Secundário uma vitória dos defensores do currículo humanista, o último reduto do Latim na educação secundária e da valorização da cultura geral como eixo central da formação da juventude; e o exemplo mais evidente dessa vitória foi a inclusão dessa disciplina em todas as séries do ginásio, colocando as ciências com apenas duas aulas nas séries finais.

O ensino de línguas parece ter sido a arena mais visível dessa batalha, uma vez que outras disciplinas, como História e Geografia, não foram objeto de disputas. As polêmicas mais fortes se concentraram na inclusão ou exclusão da disciplina Latim. Embora as Instruções Metodológicas para a execução dos programas, expedidas pela Portaria nº 1.045/51, reafirmassem que

Um dos objetivos do ensino desta cadeira é proporcionar aos alunos a cultura filosófica: pô-los em contato com a literatura e a civilização de um grande povo, assegurando-lhes, ao mesmo tempo melhor conhecimento do português e das demais línguas românicas. É preciso, porém, não esquecer a utilidade mais relevante do Latim: a sua concisão, a sua riqueza vocabular, morfológica e sintática

estimula quantos o aprendem à meditação, à análise, aos exercícios intelectuais que muito concorrem para a educação do raciocínio e do pensamento (BRASIL, Portaria nº 1.045/1951).

Essa posição continuava a ser objeto de uma disputa cujo resultado, expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961), será a transformação do Latim, até então disciplina obrigatória, em complementar no curso ginásial e facultativa no colegial.

A polêmica sobre a permanência ou não do Latim entre as disciplinas do Ensino Secundário se inseria nas discussões sobre a democratização desse nível de ensino, criticado pelos defensores da democratização por ser um reduto elitista. Souza (2009) identificou, nessas disputas, o questionamento da legitimidade da cultura humanista em favor de uma educação científica.

A questão da democratização era evitada pelos defensores da permanência do Latim que buscavam fundamentação de seus argumentos nos benefícios do ensino de Latim para os jovens.

Ao analisar os debates em defesa do currículo humanista no ensino secundário brasileiro em artigos publicados em periódicos de circulação nacional de 1920 a 1960, Souza (2009) destaca que, nas palavras do professor Francisco Azzi, ensinar Latim permitiria “desenvolver o sentimento de solidariedade humana”; seria um “teste infalível para a exclusão dos imbecis”, uma “formidável ginástica cerebral, adequada à aquisição da justeza de idéias e raciocínios”. Além disso, para ele, “estudar o mundo romano é para nós, povos latinos, conservarmo-nos apenas fiéis à tradição de nossa cultura”. Na mesma direção, Padre Arlindo Vieira, concordando com Lourenço de Oliveira, argumentava que o

Latim é o melhor aparelho de ginástica intelectual e de equilíbrio do raciocínio e destacava outras vantagens do Latim:

[...] propiciar a metodização do espírito inculcando na alma dos meninos o sentimento da cultura, com desinteresse e sem propósitos utilitários determinados [além de] sua capacidade em possibilitar o espírito de condensação e síntese, a habilidade de precisão das idéias e do encadeamento delas e de propiciar elegância e simplicidade no estilo, além de muita clareza ao alcance de todas as inteligências. [Em suma, aprender Latim evitaria o estado caótico da época], sinal de que a própria cultura está sendo ameaçada (SOUZA, 2009, p. 78).

A batalha pela manutenção do Latim, depois que foi transformado em disciplina complementar, com a LDB de 1961, ecoou na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. Em reunião realizada no dia 7 de março de 1962, foi registrada uma discussão sobre a situação da disciplina após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Entre as várias propostas para a composição do currículo, uma professora defendia a “[...] conservação do latim na 3ª e 4ª séries do curso ginásial, como fundamento indispensável para o conhecimento da língua portuguesa” (BRAGA, 2005, p. 45). Ela foi apoiada por outro professor. Foi apresentado um plano provisório do qual constava o Latim como disciplina complementar. Entretanto, parece que tal plano acabou não sendo concretizado, pois, no final da ata, consta que a Secretaria Estadual de Educação apresentou outro Plano no qual o Latim era excluído.

A partir do século XVIII, a literatura francesa ganhou espaço das humanidades clássicas (grego e latim) não somente na França como também em países estrangeiros, que “aprovaram” a língua e a cultura francesas. À medida que o Latim deixa de ser uma língua de comunicação, o espaço foi sendo tomado

pelas línguas modernas, e os exercícios nas escolas foram paralelamente modificando as finalidades de ensino daquela língua.

Até a década de 1960, incluir uma língua estrangeira moderna no currículo tinha a finalidade explícita de inserir o aluno na “modernidade” e na “civilização”. Como se pode perceber na Exposição de Motivos do Ministro da Educação, de 1º de abril de 1942, o argumento usado para incluir o Francês é a afirmação de que o adolescente brasileiro, “[...] cuja língua nacional não constitui um instrumento de grandes recursos culturais” (OLIVEIRA, 2009, p. 44), precisava da disciplina escolar Francês para formar o espírito brasileiro.

Nessa época, no Brasil, assim como na Europa Ocidental, escolher a língua francesa significava envolver-se com hábitos de um tipo de sociedade preocupada com as boas maneiras e o bem falar, em acumular a cultura e a prática tipicamente francesas, afinada com a concepção humanística para o ensino secundário. Sua retirada do currículo do ensino secundário como disciplina obrigatória, passando a figurar no rol de disciplinas que poderiam ou não ser escolhidas pela escola, indica uma alteração profunda na concepção do ensino secundário: uma concepção mais pragmática do que humanística.

Assim, as finalidades de ensino da disciplina Francês estão intimamente ligadas à tradição e ao caráter humanístico inseridos nos currículos das Reformas Francisco Campos e Capanema por meio de disciplinas das línguas estrangeiras e pela metodologia específica para esse ensino.

O Francês, classificado como disciplina de língua estrangeira moderna (ou viva) no currículo secundário, firmava-se como instrumento de um ensino focado em formação desinteressada,

sem o compromisso de preparar o jovem para o mercado de trabalho, voltando-se para os cursos superiores, situação que demarcou na disciplina um aspecto elitista de distinção social e cultural.

Nos arquivos do Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, foram localizados registros de cursos de Didática de Ensino de Francês para professores e a aplicação dos exames de suficiência da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), na cidade de Campo Grande, então Mato Grosso (OLIVEIRA, 2009).

Criada pelo Ministério da Educação e Cultura, a campanha tinha como objetivo certificar e registrar professores que lecionavam, mas não tinham feito curso superior, não possuindo, portanto, nem certificação e nem habilitação oficiais como professor secundário.

Uma vez que o Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, à época ainda denominado Colégio Estadual Campograndense, era o único estabelecimento público oficial a oferecer os dois ciclos do ensino secundário, além de possuir espaço físico, tornou-se sede desses cursos e exames ocorridos uma vez por ano.

Professores de qualquer estabelecimento de ensino, público ou privado, poderiam participar dos cursos e exames da CADES. Essa situação demonstra que tanto a única escola pública naquele momento da história da cidade quanto as três escolas particulares possuíam em seu quadro profissionais sem formação superior. Apenas em 1961, foi criada a primeira da Faculdade de Letras em Campo Grande, a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras de Campo Grande (OLIVEIRA, 2009).

Conforme quadro elaborado a partir da análise dos dados, sobre os cursos e exames da CADES ocorridos nas dependências do Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado de 1957 a 1961, a disciplina Português mostrou-se a mais procurada das disciplinas humanísticas (Tabela 1) (OLIVEIRA, 2009).

Quanto à disciplina Inglês, ocorre um aumento de candidatos de 1958 para 1959, enquanto Francês e Latim apresentam uma redução no número de inscritos.

Tabela 1 – Quadro de disciplinas e número de candidatos aos cursos da CADES, em Campo Grande-MT, entre os anos 1957 e 1959

1957		1958		1959		
Disciplina	Nº Candidatos	Disciplina	Nº Candidatos	Disciplina	Nº	
	1º Ciclo		1º Ciclo		1º Ciclo	2º Ciclo
Português	5	Português	9	Português	10	2
Francês	1	Francês	8	Francês	---	---
Latim	---	Latim	6	Latim	---	---
Inglês	---	Inglês	5	Inglês	7	3
Matemática	4	Matemática	9	Matemática	5	1
História	---	História	7	História	8	1
Geografia	---	Geografia	3	Geografia	7	7
Desenho	---	Desenho	7	Desenho	6	2
Ciências Naturais	---	Ciências Naturais	---	Ciências Naturais	7	---
				História Natural		3
				Física		1

Fonte: Oliveira (2009, p. 186).

A diminuição de candidatos para a disciplina Francês, nos cursos e exames da CADES em Campo Grande, pode ser parcialmente explicada porque, a partir de 1969, ingressaram no Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado professoras licenciadas em Línguas Neolatinas. No entanto,

como o número de candidatos para Inglês só foi aumentando, pode-se pensar também que esse seria mais um indicador de que a disciplina Francês estava perdendo seu espaço exatamente pela sua inserção no campo das humanidades, enquanto Inglês seria mais adequada a uma educação “científica” e pragmática.

Quando se analisa a história da disciplina Inglês, essa “dinâmica conflituosa” se expressa no afastamento da finalidade inicial de ensinar a língua e a civilização por meio de leitura de textos clássicos e sua substituição pelo ensino de língua instrumental para adquirir as estruturas da língua com finalidades práticas.

Um professor de inglês do Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, ao ser entrevistado por Rahe (2006) a respeito dos livros utilizados para o ensino da disciplina, comentou como os livros adotados expressavam esse conflito. O livro mencionado pelo professor, *Inglês para o colégio*, de Harold Howard Binns, foi utilizado na década de 1960, no Maria Constança e, na edição de 1953, apresenta, em suas primeiras páginas, “[...] o programa oficial para os cursos clássico e científico, que incluía a leitura sobre história da civilização e cultura dos países de língua inglesa, gramática, além de exercícios de tradução, versão e composição” (RAHE, 2006, p. 77-78). No entanto, outro livro utilizado posteriormente, *Gramática da língua inglesa*, de Oswaldo Serpa, editado pelo Ministério da Educação, segue outra direção, aparentemente, mais pragmática.

Nas palavras do mesmo professor:

No Serpa, por exemplo, eram textos científicos, [...] primava por textos científicos, assim como esse também (referindo-se ao Binns), ele tem textos ótimos, gerais. Cultura, cultura mesmo. O Serpa abordava temas sobre

- saúde, [...] sobre História, sobre parte científica, eram textos ótimos para trabalhar com os alunos. Os alunos, ao mesmo tempo em que aprendiam inglês, eles aprendiam a parte científica de matemática, ciências. Depois de 70, os livros já vêm com outra forma, com textos mais amenos, textos menores, não vêm mais tratados sobre coisas interessantes, sobre coisas que puxavam a cabeça dos alunos [...]. O livro de inglês vinha com indicação do Estado [...]. Os textos eram menos eficientes, gramática e textos pequenos, frívolos (RAHE, 2006, p. 77).

As trajetórias das disciplinas de ensino de línguas, cujas histórias foram estudadas no Colégio Estadual Maria Constança Barros Machado, mostraram como estiveram relacionadas com a concepção de que esse grau de ensino era dirigido a uma elite, ligado às humanidades, para fornecer cultura geral e preparar os dirigentes do País, concepção que vai permanecer como sua marca na legislação até que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 a altere. Organizado inicialmente para uma pequena elite que tinha acesso ao ensino secundário em busca de um saber desinteressado, foi progressivamente se alterando para se adequar às novas exigências legais que a democratização do acesso ao ensino secundário impunha. Nesse processo de transição, percebem-se tanto elementos de uma cultura humanista e seletiva, quanto tentativas de introdução de uma educação científica e técnica, embora também seletiva, como parece claro na seleção de materiais para os “gabinetes” de Geografia, Física, Química e História Natural, tal como recomendava a legislação.

Esse processo de introdução de uma cultura científica e técnica não significava uma oposição total e inequívoca a uma cultura humanista, significava, para alguns, uma nova configuração de um novo humanismo no qual a ciência era relevante (SOUZA, 2008).

No entanto, pelo que foi descrito, o “abandono” das humanidades só vai se efetivar na década de 1970, como efeito da Lei nº 5.692/1971, pelo menos na história das disciplinas registradas, tornando-se necessárias pesquisas sobre a história das disciplinas escolares diretamente vinculadas à área de Ciências.

THE HUMANIST AND SCIENTIFIC CULTURES IN THE SCHOOL SUBJECTS OF A MIDDLE SCHOOL (1939-1971)

ABSTRACT

A middle school, “Escola Estadual Maria Constança Barros Machado”, in Campo Grande / MS, created at the time that the notion of humanities saturated at this level of education was undergoing profound changes, has been the locus of many researches centered on a notion of that school is a place of culture and school culture characterization and reconstruction of culture performed because of the conditions. In these surveys, it was concluded that this school was considered a reference of quality and linked to identity of social groups that, in certain historical moments, were considered elite in that city. The purpose of this study is to understand in the results of researches about the history of some school subjects how the controversies and ambiguities of the concept of humanity was expressed in the school culture of that school. On analyzing written and oral sources (interviews with students, alumni, teachers and former teachers), the operation of disciplines (aims, content and teaching methodology) and the information on the school culture found in the history of each one, it was concluded that the disciplines of language teaching were related to the conception that this level of education was directed to an elite, linked to the humanities, to provide general knowledge and prepare the leaders of the country, a concept that has generated disputes and controversy but that would remain as the mark of secondary school on the legislation until the Law number 5692, 1971 changed it, that amendment was not received peacefully as one can see in the minutes of the school about Latin.

KEYWORDS: Middle school teaching. School culture. School subjects.

FONTES PRIMÁRIAS

- 1 Livro de Atas do Liceu Campograndense (iniciado em março de 1939).
- 2 Relatório de Inspeção Prévia do Liceu Campograndense de 1941.

REFERÊNCIAS

- 1 BRAGA, H. **O ensino de latim na Escola Maria Constança Barros Machado como reflexo da história da disciplina no Brasil (1939-1971)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- 2 BRASIL. **Decreto nº. 19.890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontesescritas. Acesso em: 5 ago. 2009.
- 3 BRASIL. **Decreto nº. 4.244**, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm. Acesso em: 5 ago. 2009.
- 4 BRASIL. **Portaria nº. 1.045**, de 14 de dezembro de 1951. Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas. Ministério da Educação e Cultura. Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 118-338.

- 5 BRASIL. **Decreto nº. 34.638**, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Ministério da Educação e Cultura. Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 97-98.
- 6 BRASIL. **Lei nº. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 5 ago. 2009.
- 7 BRASIL. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 5 ago. 2009.
- 8 ESCOLA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO. Ata de Abertura do Liceu Campograndense, **Livro de Atas**. [s.d].
- 9 ESCOLA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO. **Relatório de Inspeção Prévia de 1941**. Campo Grande/MS, 1941.
- 10 MATO GROSSO. Decreto nº. 229, de 27 de dezembro de 1938, publicado em dezembro de 1938. Cria o Liceu Campograndense de ensino secundário. Mato Grosso, 1938.
- 11 OLIVEIRA, S. S. de. **A história da disciplina escolar Francês no Colégio Estadual Campo-grandense (1942-1962)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

- 12 PESSANHA, E. C.; SILVA, F. de C. T. Observatório de cultura escolar: ênfases e tratamentos metodológicos da pesquisa sobre currículo. In: AMORIM, A. C. R. de. (Org.). **Passagens entre moderno para o pós-moderno: ênfases e aspectos metodológicos das pesquisas sobre currículo**. Campinas/SP: FE/UNICAMP, 2007. p. 43-48.
- 13 PESSANHA, E. C. et al. **Tempo de cidade, lugar de escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880-1970)**. Campo Grande/MS. Relatório final de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, 2007.
- 14 PESSANHA, E. C. Ser professor e ser aluno de escolas exemplares – cruzamento de sentidos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESCOLA E CULTURA, 3., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EDUC, 2008. v. 1, p. 1-17.
- 15 PESSANHA, E. C.; OLIVEIRA, S. S. de; GONÇALVES, G. M. Ambiguidades e controvérsias da história da cultura escolar de uma escola secundária: cultura humanista ou científica (1939-2005). In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA, 9. 2009, Rio de Janeiro. **Educação, autonomia e identidades na América Latina**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2009.
- 16 RAHE, M. B. **A disciplina Língua Inglesa e o “sotaque norte-americano”**: uma investigação das práticas docentes (1955-2005). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

- 17 SILVA, F. de C. T.; PESSANHA, E. C. Professores e alunos compondo a história de uma instituição exemplar no sul do Mato Grosso (1939-1950): a Escola Maria Constança Barros Machado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008. v. 1, p. 1-11,
- 18 SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.
- 19 SOUZA, R. F. de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 72-90, jan./jun. 2009.